

REFÚGIO CRUZADO IBÉRICO: PORTUGUESES EM ESPANHA, ESPANHÓIS EM PORTUGAL (1926-1939)

IBERIAN CROSS REFUGE: PORTUGUESE IN SPAIN, SPANISH IN PORTUGAL (1926-1939)

Fábio Faria*

fabio_faria@iscte-iul.pt

RESUMO: Este artigo procura analisar a presença de refugiados portugueses e espanhóis em Espanha e em Portugal, respetivamente, entre os finais da década de 1920 e ao longo da década de 1930, numa altura em que a Península Ibérica era marcada por importantes convulsões políticas e sociais. Avalia-se a forma como os refugiados foram acolhidos no país vizinho e como a sua presença impactou os acontecimentos ocorridos nos dois Estados e as próprias relações ibéricas.

PALAVRAS-CHAVE: Refugiados; Península Ibérica; Década de 1930.

ABSTRACT: This article seeks to analyze the presence of Portuguese and Spanish refugees in Spain and Portugal, respectively, between the end of the 1920s and throughout the 1930s, at a time when the Iberian Peninsula was marked by important political and social upheavals. It assesses how refugees were welcomed in the neighboring country and how their presence impacted events that occurred in the two States and Iberian relations themselves.

KEYWORDS: Refugees; Iberian Peninsula; 1930s.

Introdução

A História da Península Ibérica das décadas de 1920 e 1930 ficou marcada por uma intensa circulação de portugueses e espanhóis entre os dois países, em fuga de situações políticas que lhes eram hostis, de perseguições e de momentos bélicos. A partir de maio de 1926, Portugal passou a viver num regime ditatorial de direita, fruto do estabelecimento da Ditadura Militar, cuja oposição passou a desencadear uma série de revoltas destinadas a derrubá-la. O seu falhanço precipitou a saída massiva dos revoltosos derrotados, com destino a Espanha e a França, ao longo dos anos seguintes. Em abril de 1931, a Espanha conheceu importantes alterações políticas com a substituição da *Dictablanda* por um regime republicano, incompatível com as ambições da direita, motivando a sua saída para outros países, em particular para

* Doutor em História Moderna e Contemporânea - Defesa e Relações Internacionais pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa desde 2021 com a tese Refugiados espanhóis em Portugal: entre a repressão policial e a solidariedade popular (1936-1945), com a qual venceu o prémio Mário Soares - Fundação EDP 2021 e uma menção honrosa atribuída no âmbito do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea (2021). É investigador no CIES - IUL no projeto Colaborações internacionais: criminalidade e cooperação policial no Atlântico Ibero-Americano, c. 1870-1940, financiado pela FCT (PTDC/HAR-HIS/3580/2021). Foi bolsista de investigação FCT (SFRH/BD/114813/2016) entre 2016 e 2020 e bolsista de doutorado no CIES-IUL. É mestre em História Moderna e Contemporânea - Relações Internacionais pelo ISCTE-IUL desde 2015, com a dissertação Circulações Internacionais e Liberalismo. O exílio liberal português, 1828-1832. Em 2014 foi bolsista de pesquisa no projeto "Controlo Social e Política Penal no Liberalismo Português, reformas nacionais, circulações transnacionais, c. 1820-1867 (EXPL/EPH-HIS/1600/2013).

Portugal. Este movimento manteve-se durante os anos seguintes, especialmente a partir de agosto de 1932, na sequência de uma tentativa falhada de golpe de Estado, a *Sanjurjada*, e, sobretudo, a partir de fevereiro de 1936, quando a Frente Popular, uma coligação de comunistas, socialistas e republicanos, venceu as eleições espanholas. Face a estes acontecimentos, vários espanhóis, defensores de uma política de direita, procuraram o território português como espaço de refúgio e de preparação de um golpe militar, que se concretizaria em julho do mesmo ano. Este golpe esteve na origem de uma guerra civil, entre 1936 e 1939, igualmente responsável pela saída massiva de espanhóis de diferentes orientações políticas, que se acolheram em Portugal.

Importa clarificar a aplicação de dois conceitos ao longo deste texto, refugiado e exilado, próximos, mas que apresentam algumas diferenças entre si. Em comum têm a necessidade de sobreviver num país estrangeiro, uma vez que lhes foi imposta a partida do país de origem devido à hostilidade manifestada contra o poder de um Estado ou à dificuldade de sobrevivência por causa das condições de perseguição política impostas por um determinado regime (PAULO, 2024: 29-30). O estatuto de exilado pressupõe um pedido formal, diferente do de quem apenas cruza a fronteira com o objetivo de escapar a uma situação política concreta do seu próprio país. Além disso, ao passo que ao exilado se atribui uma dimensão exclusivamente política, o refugiado, como definido na Convenção de Genebra de 1951, contempla outras razões que o motivam a fugir, nomeadamente etnia, religião, nacionalidade, pertença a grupo social e expressão de opinião política.

Este artigo explora a presença de espanhóis em Portugal e de portugueses em Espanha entre os finais da década de 1920 e os finais da década seguinte, período particularmente conturbado na Península Ibérica. Com recurso a fontes policiais e diplomáticas, analisa-se a forma como os vários grupos de refugiados foram acolhidos nos dois países, enquadrada na situação interna de cada um dos Estados e na forma como estes olhavam para o outro lado da fronteira. As diferentes vagas de refugiados em mobilidade na Península Ibérica comprovam a agitação política, ideológica e social que caracterizou a região durante o período em análise.

O revilharismo e a fuga para Espanha

Estabelecemos como limites cronológicos da nossa abordagem os anos de 1926, que marcou o início da Ditadura Militar em Portugal, e de 1939, data do final da Guerra Civil de Espanha. Convém recordar, no entanto, que nos últimos anos da República, Portugal também recebeu republicanos e anarquistas espanhóis perseguidos pela ditadura de Primo de Rivera (CLÍMACO, 2017: 40), cuja presença revelar-se-ia fundamental para a criação e o aprofundamento de laços com o republicanismo português, úteis anos mais tarde durante o exílio comum em França, a partir de 1927, e em Espanha, a partir de 1931. Aliás, desde 1910, com a implantação da República em Portugal, que a questão do relacionamento entre republicanos portugueses e espanhóis passou a ser um elemento central nas preocupações do governo espanhol (TORRE GÓMEZ, 1978: 91).

No dia 28 de maio de 1926, o golpe militar liderado pelo general Gomes da Costa pôs fim aos conturbados dezasseis anos da Primeira República, oferecendo uma alternativa ditatorial para o futuro de Portugal. Nos anos que se seguiram, assistiu-se a uma acentuada atividade revolucionária por parte da oposição republicana, liberal e democrática que pretendia regressar à situação pré 1926. Este conjunto de revoltas, que se prolongou, inclusive, após a instituição oficial do autodenominado Estado Novo, em abril de 1933, ficou conhecido por *revilharismo*, termo que remete, precisamente, para um “revirar”, uma alteração da situação política vigente. Os primeiros anos da Ditadura Militar (1926-1933) foram especialmente atingidos por um significativo número de intentonas militares, sobretudo no Norte, em Lisboa e nas Ilhas. Destacam-se o ano de 1927, com a ocorrência de revoltas no Porto e em Lisboa, nos inícios de fevereiro, e o ano de 1931, com as intentonas de abril, na Madeira, e de agosto, em Lisboa. Ocorreram ainda outros momentos, como a Revolta do Castelo, em 1928, e a Revolta de Bragança, já em 1933.

Foi criada em 1927, já depois das revoltas de Lisboa e do Porto, a folha *O Revirvalho*, o órgão do comité revolucionário que, na sua primeira edição, não datada, demonstra o posicionamento dos opositores à realidade política, emanando palavras de ordem e apelando à união, como “Abaixo a tirania! Viva a República!”. Destaca-se o seguinte excerto “Basta de ditadura militar. Tropas a quartéis. Prevaricadores e criminosos na cadeia. Sejam quais forem, tropas ou políticos. Restitua-se à Nação o seu Código fundamental. Dê-se aos indivíduos as liberdades a que têm direito”¹. Apelava-se, portanto, à união entre todos os que se opunham ao regime ditatorial recentemente instituído, nomeadamente as forças de esquerda, como republicanos, comunistas e anarquistas. Observamos que o termo *revirvalho* (ou *reviralhismo*) era usado pelos próprios revoltosos ao longo deste período, dando, inclusive, nome ao jornal mencionado, encontrando-se associado a um movimento revolucionário que pretendia reorientar democraticamente o regime político-militar então instituído. Por seu turno, a Ditadura utilizava o termo num sentido depreciativo (FARINHA, 1998: 18).

Na altura em que se deu o golpe militar de 1926, governava em Espanha o general Primo de Rivera, também em contexto de ditadura. Por esta razão, a alteração política portuguesa foi olhada com interesse e satisfação por parte dos vizinhos espanhóis, esperançosos de que este novo quadro pudesse contribuir proficuamente para o entendimento luso-espanhol, não muito beneficiado durante o período da Primeira República Portuguesa. Bastante significativa desta proximidade entre os países ibéricos foi uma notória colaboração policial que visava a preservação de ambas as ditaduras perante o crescimento da ameaça comunista (TORRE GÓMEZ, 1998: 122). De resto, ao longo do período que aqui consideramos, as relações luso-espanholas conheceram diversos avanços e recuos, fruto das mudanças políticas na Península Ibérica, que também influenciaram a circulação de refugiados.

Perante a ameaça revolucionária, a Ditadura Militar e, posteriormente, o Estado Novo agiram de forma repressiva, muitas das vezes pautada por excessos e violência, como se observou no papel desempenhado pela Polícia de Informações no âmbito das revoltas entre os finais da década de 1920 e os inícios da década seguinte. Com efeito, a Polícia de Informações, a primeira polícia política do novo

¹ *O Revirvalho*, N.º1, s.d., p.1.

regime, é criada nos inícios na Ditadura Militar enquanto resposta às intentonas reviralthistas, responsável pelas prisões e deportações concretizadas. Além disso, em março de 1927, é constituída uma Polícia de Informações na cidade do Porto, precisamente um mês após a ocorrência da revolta de fevereiro (RIBEIRO, 2000: 53). Observamos, portanto, a existência de uma relação direta entre as ações reviralthistas e as reformulações policiais ocorridas em Portugal neste período, destinadas a garantir a ordem interna e a preservação do regime ditatorial.

Os anos de 1927 e de 1931 são dos mais ativos no que toca ao planeamento e à ocorrência de revoltas contra a Ditadura, o que exigiu uma resposta mais forte da parte das autoridades fiéis ao novo regime, através da reformulação do aparelho policial. Em poucos anos existiram duas forças policiais designadas de Polícia Internacional, que comportavam diferenças significativas entre si. No que toca às funções desempenhadas, a Polícia Internacional de 1928 estava responsável apenas pelo controlo de estrangeiros e fronteiras, divergindo da Polícia Internacional criada em 1931, que “tinha uma ação marcadamente política e de repressão à criminalidade internacional” (GONÇALVES, 2022: 217). Além da questão das revoltas internas, havia também, a partir de abril de 1931, a “ameaça espanhola”, representada pela instituição da Segunda República no país vizinho, em antagonismo político à Ditadura Militar portuguesa.

Esta nova realidade espanhola acabou por se revelar benéfica para os revoltosos portugueses, contribuindo para que o ano de 1931 fosse um dos mais significativos ao nível de tentativas de golpe militar. Somaram-se outros fatores, como a presença acentuada de revoltosos nas Ilhas, espaço a partir de onde se iniciaram as intentonas desse ano, e o agravamento da crise económica, que provocou um aumento do descontentamento social (FARINHA, 1998: 286-287). No entanto, as forças leais à Ditadura revelaram-se superiores e as várias revoltas foram sendo controladas, com a punição dos seus implicados. Dos combates resultaram centenas de mortos, cerca de duas dezenas de execuções sumárias e, ainda, mais de mil deportações para os territórios coloniais (PALACIOS CEREZALES, 2011: 263). Além de uma repressão imediata, apostava-se no afastamento destes indivíduos de Portugal Continental, garantindo-se que não pudessem ter uma participação ativa em futuros movimentos revolucionários.

Houve, no entanto, muitos revoltosos que conseguiram escapar à repressão policial e que se viram obrigados a sair do país como forma de preservação da vida, chegando a destinos mais próximos, como Espanha e França. Podemos assumir as revoltas de 1927 e de 1931 como os principais momentos geradores de refugiados portugueses, pelo que foi após o seu fracasso que se assistiu a uma saída mais numerosa. Segundo algumas estimativas, a revolta de fevereiro de 1927 levou à saída de cerca de cem pessoas, participantes no movimento ou com ligações à oposição republicana, embora o número possa ter sido superior. Estes indivíduos entraram em Espanha entre fevereiro e março desse ano e, numa primeira fase, permaneceram em regiões junto à fronteira, com destaque para a Galiza, e eram, sobretudo, militares. Quanto ao verão de 1931, o número de refugiados portugueses em Espanha ascendia a cerca de duas centenas, assistindo-se a um aumento progressivo da sua presença no país vizinho entre 1927 e 1931, contrastando com o observado em França, onde a cifra tendia a diminuir (CLÍMACO, 2017: 35; 178). Aquando da chegada dos refugiados em 1927, assistiu-se, da parte da ainda ditadura de Primo de Rivera, a

alguma brandura no seu acolhimento, autorizando-se o seu estabelecimento nas localidades fronteiriças, posição que rapidamente cambiou para uma maior hostilidade e perseguição, o que levou à sua saída para França (ARRANJA, 2020: 76). Quando a situação política espanhola se tornou mais favorável, muitos regressaram a Espanha.

De facto, para o crescente número de refugiados portugueses em Espanha, a partir de 1931, contribuiu significativamente a instauração da Segunda República e o auxílio que o novo governo republicano passou a conceder aos opositores políticos exilados. A partir de então, devido à vigência de um governo de esquerda em Espanha e de um governo de direita em Portugal, as relações hispano-portuguesas tornaram-se mais complicadas e menos amigáveis, em particular como resultado da prestação desse apoio. Manuel Azaña, que se tornou presidente do governo provisório espanhol em outubro de 1931, foi um dos principais impulsionadores da concessão de auxílio de diferentes naturezas, como empréstimos, armamento e guarida, afirmando que, ao contribuir para o derrube da ditadura portuguesa, estaria a prestar um grande serviço a Espanha (QUEIRÓS, 2009: 138). O auxílio com armamento foi uma das questões que mais preocupou as autoridades portuguesas, já que o contrabando de armas favorecia um possível movimento revolucionário em Portugal. Como tal, a polícia portuguesa prestava atenção às redes e às ligações existentes em determinadas zonas fronteiriças, como Algarve, Alentejo e Minho, a que os revoltosos recorriam para contrabandear e armazenar o armamento (CLÍMACO, 2017: 194). Na prática, a atuação policial passava por eliminar os pontos de ligação estabelecidos na fronteira que favoreciam a passagem ilícita de armas². A respeito da especial porosidade entre a Galiza espanhola e o Minho português importa assinalar o particular caso das solidariedades prestadas por galegos e portugueses emigrados nesse território espanhol aquando das incursões monárquicas antirrepublicanas, lideradas por Henrique de Paiva Couceiro, entre 1911 e 1912 (TORRE GÓMEZ, 1978). Este caso constitui um importante exemplo de um precedente das solidariedades transfronteiriças que, aliás, esteve em destaque durante a Guerra Civil de Espanha, já que o auxílio prestado aos refugiados espanhóis na região Norte assentou, em parte, no princípio da reciprocidade, evocando-se o apoio que os espanhóis haviam proporcionado aos portugueses implicados nas campanhas monárquicas (CUNHA, 2006: 290).

A presença dos refugiados junto da fronteira era também um assunto que incomodava a ditadura portuguesa e motivava diligências junto do governo espanhol, contribuindo para as difíceis relações entre os países ibéricos. Nos finais de 1931, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) expediu um telegrama “confidencialíssimo e urgentíssimo” para a Embaixada portuguesa em Madrid, solicitando a “urgentíssima intervenção” junto do governo espanhol, uma vez que “grande número emigrados políticos portugueses se aproximam e se estabeleceram já na fronteira com intuítos agressivos”³. Ao longo deste ano, o embaixador português, Mello Barreto, empenhou-se em conseguir que o governo espanhol atendesse às solicitações portuguesas, nomeadamente o afastamento dos refugiados da região fronteiriça (superior a 100 km), uma vigilância mais rigorosa e eficaz e a supressão das facilidades e do auxílio concedidos. Estes pedidos

² Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Arquivo PIDE/DGS, Delegação do Porto, Posto de Valença, Copiador de correspondência confidencial, 1932, Pasta 1, NT 10005.

³ Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE), Armário 14, Caixa 7, Maço 34.

suscitaram divisão entre o governo republicano espanhol e é a partir do verão de 1931 que aplica algumas medidas para afastar os refugiados portugueses da fronteira, embora de forma lenta, levando a uma maior concentração em regiões como Corunha e Madrid (CLÍMACO, 2017: 197).

Em termos geográficos, os receios das autoridades portuguesas centravam-se na comunicação entre a Galiza espanhola e o Minho português, acreditando que daí poderia advir o real perigo de um movimento revolucionário, refletindo-se numa assídua troca de correspondência entre o MNE e a representação diplomática portuguesa em Madrid. Em março de 1933, o embaixador português referia-se à ocorrência de encontros na região de Ourense, que reuniam “elementos políticos extremistas, espanhóis, portugueses e alguns russos, cuja ligação com outros, de Portugal, é conhecida da nossa polícia”⁴. Estas movimentações revolucionárias na fronteira minhota levavam a polícia política a reforçar a vigilância nessa região através da criação de postos fronteiriços, em particular no distrito de Viana do Castelo, que, entre 1931 e 1933, contava com sete postos de vigilância (RIBEIRO, 2000: 299). Estas unidades de vigilância agiam no controlo da saída de opositores políticos portugueses, mas também serviam para restringir a entrada de estrangeiros “indesejáveis”, em particular espanhóis no contexto da guerra civil, assistindo-se, inclusive, à criação de novos postos durante esse período.

Importa sublinhar que as várias correntes do exílio português em Espanha não tiveram o mesmo significado, o mesmo peso político e a mesma representatividade numérica. Verificamos que até ao início da Segunda Guerra Mundial, sensivelmente, os republicanos encontravam-se em maior número, seguidos pelos anarquistas e, por último, pelos comunistas. Este cenário altera-se substancialmente após o término do conflito, já que se assiste a um declínio da hegemonia republicana e a um quase total desaparecimento dos anarquistas, subsistindo os comunistas, os únicos que conseguem reforçar a sua posição. As diferenças entre as correntes manifestaram-se ainda noutras dimensões, nomeadamente quanto ao acolhimento, mais frio e distante em França e mais fraternal, e aos apoios recebidos, com os anarquistas, por exemplo, a serem auxiliados especificamente por grupos pertencentes ao movimento libertário espanhol, como a Confederação Nacional do Trabalho e a Federação Anarquista Ibérica, e o movimento internacional, sobretudo a Associação Internacional de Trabalhadores (CLÍMACO, 2017: 355-359).

Espanhóis em fuga da República e da Frente Popular

Se nos primeiros anos da década de 1930 a República espanhola acolhia os opositores políticos portugueses, como republicanos, liberais, anarquistas e comunistas, a Ditadura portuguesa recebia no seu território os espanhóis que desejavam sair do país na sequência da instauração da Segunda República, em abril de 1931. Foi, portanto, um período de refúgio cruzado na Península Ibérica, com os opositores políticos a procurarem acolhimento no país vizinho, onde lhes eram concedidas facilidades para desenvolverem os seus planos conspirativos. Da mesma forma que os refugiados portugueses pretendiam a queda do regime ditatorial, os opositores políticos espanhóis tinham o intento de derrubar a República recém-

⁴ AHDMNE, Armário 14, Caixa 7, Maço 34.

instituída. Os refugiados espanhóis começaram a entrar em Portugal em 1931, mas o movimento ganhou novos contornos e uma maior dimensão a partir do verão do ano seguinte, na sequência do golpe militar conhecido por *Sanjurjada*, cujo falhanço impulsionou a fuga de vários implicados na intentona.

Esta designação ficou a dever-se à chefia do general José Sanjurjo, individualidade que mudou de posicionamento ao longo dos primeiros meses da Segunda República, descontente com a repressão desencadeada pelo novo regime, como perseguições religiosas e aos seus companheiros que haviam apoiado Primo de Rivera, de quem o general era próximo. Esta mudança de posicionamento valeu-lhe a destituição da direção da *Guardia Civil*, impulsionando-o a liderar uma revolta contra a República em Sevilha, em agosto de 1932. Este plano conspirativo consistia, numa primeira fase, em distrair as forças governamentais em Madrid com várias ofensivas, para depois concentrar esforços e desencadear levantamentos revolucionários em várias guarnições em simultâneo – Valladolid, Pamplona, Sevilha, Granada e Cádiz – seguindo, posteriormente, para Madrid (MARTÍNEZ BANDE, 2007: 59). A repressão exercida pelas forças republicanas levou à fuga de vários participantes para Portugal e à detenção de outros tantos, entre os quais o próprio general Sanjurjo. Conforme noticiava o *Diário de Lisboa*, o general espanhol foi preso na companhia do filho, Justo Sanjurjo, e do general García de la Herrán na madrugada seguinte à revolta, quando tentava obter informações sobre como chegar a Ayamonte, para depois seguir para Portugal⁵.

Nos finais de 1933, a política espanhola sofre algumas alterações, com a formação de um novo governo, liderado pelo moderado Alejandro Lerroux, onde a direita passa a ter mais poder. Neste contexto, é promulgada uma amnistia, em abril de 1934, que visa os conspiradores da intentona de agosto de 1932, culminando na sua libertação (OLAGÚBEL, 2022). O general Sanjurjo encontra-se entre os amnistiados e chega a Lisboa na manhã do dia 26 de abril, recebido com entusiasmo e euforia pelos muitos portugueses e espanhóis que o esperavam no cais (CORREIA, 1940: 24-25). A permanência em Portugal do líder da revolta de 1932 impulsionou a entrada de outros espanhóis que também se opunham à República e olhavam para Sanjurjo como a principal figura capaz de a derrubar. No entanto, ao contrário do que ocorria com os opositores políticos portugueses em Espanha, que se concentravam mais perto da fronteira, usufruindo da permeabilidade e das facilidades que esta oferecia, os revoltosos espanhóis deslocaram-se até ao litoral português, gravitando em torno do general Sanjurjo, que se refugiou no Estoril. Rapidamente, e com a conivência do governo português, esta região passou a ser um dos principais polos de conspiração da direita espanhola.

Com efeito, importantes figuras da direita espanhola usufruíram da cumplicidade da ditadura portuguesa para poderem desenvolver os seus planos revolucionários, nomeadamente ao nível da circulação em território português, o que facilitava a realização de reuniões e de encontros entre os elementos refugiados em Portugal e aqueles que se deslocavam a partir de Espanha. Entre as figuras de proa da conspiração espanhola com livre-trânsito para circular em Portugal destacava-se o marquês de Quintanar, que se encontrava bem relacionado nos meios oficiais portugueses e gozava de importantes

⁵ *Diário de Lisboa*, 11 de agosto de 1932, p. 5 e 8.

apoios⁶. Além disso, o governo português facilitava a movimentação dos enviados do general Emilio Mola, essencial para a concretização do golpe militar de 18 de julho de 1936 (OLIVEIRA, 1985: 271). Desta forma, mais do que auxiliar os rebeldes de Franco na guerra civil, Portugal constituiu uma importante base de apoio nos preparativos revolucionários que antecederam o golpe militar.

Contrariamente à atitude assumida durante o conflito espanhol, de acentuada repressão aos refugiados republicanos, nos meses que o antecederam, as autoridades portuguesas agiram em favorecimento das atividades conspirativas. A Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), criada em agosto de 1933, mostrava-se bastante evasiva quando questionada pelas autoridades diplomáticas e consulares republicanas a respeito da presença destes refugiados de direita. Para a polícia portuguesa, estes espanhóis não haviam entrado na condição de refugiados, uma vez que o faziam devidamente documentados, nem sequer poderiam ser categorizados dessa forma, já que não tinha ocorrido nenhum movimento revolucionário no seu país (OLIVEIRA, 1987: 117). Este posicionamento do governo salazarista favoreceu, portanto, a entrada e a permanência dos opositores à República espanhola, como elementos monárquicos, conservadores e militares, bem como muitos religiosos expulsos devido à política de secularização seguida pela República espanhola a partir de 1931 (CRUZ, 1999: 41-42).

Em fevereiro de 1936, uma nova mudança política em Espanha vai impulsionar outra saída numerosa de espanhóis defensores de uma política de direita e contribuir para acelerar os planos conspirativos destinados a derrubar a República. Com efeito, após um breve período em que a direita marcou presença no governo, por intermédio da *Confederación Española de Derechas Autonomas* (CEDA), liderada por José María Gil Robles, entre os finais de 1934 e os inícios de 1936, durante o qual os opositores políticos portugueses sentiram mais dificuldades em Espanha, devido à retirada de apoio e a ordens de expulsão, uma coligação de forças de esquerda venceu as eleições realizadas a 16 de fevereiro. Esta nova realidade política espanhola não só motivou uma nova saída de espanhóis, como também contribuiu para o regresso de vários refugiados portugueses que durante o biénio anterior haviam saído para França, nomeadamente anarco-sindicalistas e comunistas, assim como o ex-Presidente da República Bernardino Machado (SARDICA, 2013: 116).

Como resultado desta saída de espanhóis, assistiu-se, em Portugal, a uma fixação de 2.600 pessoas dessa nacionalidade ao longo da primeira metade de 1936 (CUNHA, 2006: 260). Esta presença foi de tal forma significativa que os anúncios de venda de casas e de quintas existentes nos jornais portugueses passaram a conter os preços indicados em pesetas (OLIVEIRA, 1987: 78), o que sugere que eram refugiados com posses. A acentuada entrada de espanhóis após fevereiro de 1936 era notada pelas próprias autoridades portuguesas, relacionando-a com a situação espanhola. Agostinho Lourenço, diretor da PVDE, referia-se da seguinte forma à movimentação na fronteira, reforçando a ideia de que estes espanhóis entravam de forma legal e documentados em Portugal e que este país representava um espaço seguro:

⁶ Entre os contactos que o marquês de Quintanar dispunha em Portugal contava-se o casal António Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional, e Fernanda de Castro, escritora, com quem manteve uma troca de correspondência assídua antes, durante e após a Guerra Civil de Espanha (Fundação António Quadros, Fundo AFC, Caixa 023, Correspondência).

A “Frente Popular” em Espanha veio dar às fronteiras portuguesas um movimento muito diverso, tanto pelo número, como pelo aspeto. Ao trânsito regular e ao bulício despreocupado e quase alegre de turistas e gente de negócios, sucedeu-se nas fronteiras uma agitação febril de gente preocupada e ansiosa de terminar as formalidades de «entrada», para se poder considerar admitida no nosso País, terra de paz e abrigo⁷.

Como mencionado, uma grande parte destes espanhóis estabeleceu residência na região litoral de Portugal, sobretudo em Lisboa e no Estoril, onde se refugiara o general Sanjurjo, o que acabou por beneficiar economicamente o país, já que eram refugiados de um estatuto social mais elevado, cuja presença motivou a visita das respetivas famílias, em particular no verão (ANJOS, 2012: 169). Já nos primeiros dias da guerra civil, Ralph Fox, um jornalista comunista inglês que se deslocava para combater ao lado das forças republicanas e passou por Portugal para investigar o auxílio salazarista aos franquistas, atestou a presença de refugiados espanhóis de elevada categoria social, registando nas suas memórias que “O Estoril...é o paraíso de um exilado. Os grandes de Espanha, os condes, os marqueses e os duques, apaixonaram-se pelo Estoril. Enchem o casino todas as noites...” (FOX, 2006: 65-66).

A região do Estoril foi, portanto, um importante espaço de reunião da direita conspiradora espanhola, o que, evidentemente, não passou despercebido ao governo e às autoridades portuguesas, conhecedores de que um golpe militar em Espanha estava para breve. Assim que se concretizou o *alzamiento*, Salazar reuniu-se com importantes individualidades portuguesas, como o capitão Agostinho Lourenço e Mário Pais de Sousa, ministro do Interior, e espanholas, nomeadamente o general Sanjurjo e o marquês de Quintanar (MENESES, 2010: 218). Desta forma, Portugal mostrou-se bastante cúmplice da direita espanhola nos planos conspirativos, tal como, anos antes, o governo republicano espanhol também já o fizera em relação aos preparativos revolucionários portugueses destinados a derrubar a Ditadura Militar. A própria imprensa local estabelecia uma relação direta entre a estada do general Sanjurjo no Estoril e o aumento do número de espanhóis, destacando que, poucos meses após a sua chegada, passou a haver um maior número de famílias espanholas na região, tendência que se manteve no verão de 1935, contabilizando-se a presença de cerca de 2.000 espanhóis⁸.

O triunfo eleitoral da Frente Popular, além de impulsionar a saída de espanhóis descontentes com o rumo político de Espanha, também facilitou o acolhimento de portugueses, que agora encontravam um novo governo republicano com quem partilhavam a mesma causa na luta antifascista contra a ditadura portuguesa. A partir de fevereiro de 1936 multiplicam-se as reuniões entre opositores políticos portugueses, muitos deles regressados de outros espaços de exílio, como Álvaro Cunhal, recém-chegado a Madrid, vindo de Paris e de Moscovo, e as manifestações contra o governo salazarista (OLIVEIRA, 1985: 269-270). Assim, à semelhança dos opositores políticos portugueses, que encontraram em Espanha apoios e um ambiente favorável, os refugiados espanhóis de direita também beneficiaram de um bom acolhimento em Portugal nos anos que antecederam a guerra civil. No entanto, esta situação alterar-se-ia com o início do

⁷ ANTT, Arquivo da PIDE/DGS, SC, N.º 9258, Relatório da PVDE (1932-1938).

⁸ *O Estoril*, 28 de outubro de 1934 e 31 de agosto de 1935, p. 1.

conflito, uma vez que o governo português seguiu uma linha de claro apoio aos sublevados de Franco, da mesma forma que já se havia manifestado contrário à vigência da Segunda República.

Refugiados republicanos espanhóis em Portugal

A sublevação da direita espanhola e a subsequente guerra civil impulsionaram a fuga para Portugal de muitas centenas de refugiados, apoiantes e opositores do golpe militar, e outros tantos que não manifestavam simpatias políticas e apenas estavam interessados em escapar de uma situação de guerra. De acordo com algumas estimativas, terão circulado por Portugal entre 2.000 e 3.000 refugiados republicanos espanhóis durante o período da guerra civil, que permaneceram detidos nas principais prisões portuguesas, dos quais muitos eram militares, carabineiros e guardas de assalto (OLIVEIRA, 1987: 158-159). No entanto, tendo em consideração que muitos refugiados passaram a fronteira de forma clandestina e conseguiram iludir a vigilância das autoridades portuguesas, este número terá sido, seguramente, mais elevado. Em termos cronológicos, registaram-se entradas mais numerosas de refugiados nos primeiros meses da guerra civil, numa altura em que os franquistas ainda não controlavam na totalidade as regiões fronteiriças com Portugal.

Destacaram-se, neste âmbito, os meses de julho, agosto e setembro, resultando as vagas de refugiados dos combates entre franquistas e republicanos que ocorriam nas províncias espanholas confinantes com Portugal, como Ourense, Pontevedra, Zamora e Badajoz, num movimento globalmente descendente. Na última semana de julho de 1936, a região Norte acolheu civis e militares vindos das regiões de Pontevedra e de Ourense; seguiu-se um segundo momento, ocorrido na fronteira do rio Caia, no Alentejo, resultante da ocupação de Badajoz pelas forças nacionalistas, em meados de agosto; quase em simultâneo, teve lugar um terceiro fluxo, protagonizado pelos habitantes de Encinasola, que apoiavam o golpe militar e procuraram refúgio na região de Barrancos perante o avanço das tropas republicanas; já em setembro, a ocupação de Oliva de la Frontera pelas forças rebeldes levou ao ingresso de refugiados na fronteira de Barrancos (SIMÕES, 2016: 198-199). Denota-se a importância do Norte e do Alentejo enquanto espaços de acolhimento de refugiados, assim como da fronteira galaico-portuguesa como região de acentuada mobilidade transnacional de pessoas, à semelhança do registado alguns anos atrás, aquando da saída de opositores políticos portugueses.

Dada a natureza do regime salazarista e a posição assumida no decorrer do conflito, Portugal seguiu uma política repressiva face aos refugiados republicanos espanhóis que tentavam entrar no país, frequentemente associados ao comunismo, entendido pelo Estado Novo “como um inimigo da sociedade, um inimigo da Pátria que, além de se traduzir por uma diferença ideológico-política, é quase sempre visto como a destruição de todos os sistemas existentes” (FARIA, 1995: 230-231). Por esta razão, as autoridades portuguesas associavam os defensores da República ao comunismo e desenvolveram ações de perseguição, detenção e entrega a Espanha. A preocupação do governo português com a entrada de refugiados levou a um reforço do aparelho de vigilância fronteiriço, traduzido na criação de mais postos de vigilância e no

reforço humano dos já existentes. Durante a Guerra Civil de Espanha, a PVDE criou postos no Norte e no Alentejo, regiões onde a presença de refugiados era mais intensa, contemplando os distritos de Bragança, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja (RIBEIRO, 2000: 299). Por outro lado, assistiu-se também, numa fase inicial do conflito, à deslocação de efetivos para reforçar os postos de vigilância, não só da PVDE, mas também de outras autoridades que exerciam funções junto à fronteira, nomeadamente a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Guarda-Fiscal (GF) (FARIA, 2021: 184-187).

Estas alterações ao nível da vigilância fronteiriça no contexto da guerra civil foram concretizadas na sequência das ordens emanadas por Salazar poucos dias após o início do conflito. Nesta altura Salazar exercia também o cargo de ministro da Guerra e, foi nessa condição, que instruiu os comandantes das regiões militares sobre o comportamento a adotar perante a entrada de refugiados. Quando capturados, os refugiados deveriam ser desarmados, ficando os civis à guarda PVDE e os militares sob vigilância das unidades militares mais próximas do local onde havia ocorrido a detenção. Era também importante evitar qualquer contacto entre os refugiados e os soldados portugueses, receando-se um possível contágio político-ideológico devido às suspeitas comunistas. Salazar apelava também a uma maior comunicação e entreajuda entre as forças da GF, da GNR e da PVDE e os destacamentos militares, pelo que deveriam ser estabelecidos acordos entre os comandos da GF e da GNR estabelecidos na fronteira e os comandos militares mais próximos, com o objetivo de exercer uma rigorosa e eficaz vigilância sobre os espanhóis que tentavam entrar em Portugal⁹.

Tal como já se havia observado em momentos anteriores, particularmente aquando da fuga de opositores políticos portugueses para Espanha e da entrada de refugiados espanhóis de direita em Portugal, os refugiados republicanos do período da guerra civil também beneficiaram de uma rede de contactos e de sociabilidades já existente ao nível da passagem fronteiriça. A ativação desta rede facilitou a entrada de muitos refugiados, uma vez que, da mesma forma que as populações fronteiriças portuguesas e espanholas se relacionavam por questões de trabalho ou comerciais, também colaboraram na fuga destas pessoas, permitindo que muitas conseguissem iludir a vigilância policial. Desta forma, os contactos já mantidos por razões de trabalho, lazer ou contrabando e as ligações familiares ou de amizade foram fundamentais para a entrada destes indivíduos no país (FARIA, 2021: 54).

Os refugiados fugiam da guerra civil, mas, mais especificamente, queriam escapar dos combates ocorridos entre republicanos e sublevados e das consequentes ocupações por parte destes últimos; da repressão exercida sobre aqueles que apoiavam a República e a Frente Popular; e da convocatória para as fileiras fiéis a Franco (OLIVEIRA, 1987: 155-156). Estes motivos sugerem que foram sobretudo refugiados republicanos, os chamados “vermelhos”, devido à sua associação ao comunismo, a fugir para Portugal. No entanto, também se registou a entrada de espanhóis que apoiavam o golpe militar e que fugiam por recearem o avanço das tropas republicanas. Estes, quando comprovado o seu apoio a Franco, eram considerados elementos pacíficos por parte das autoridades portuguesas, o que lhes valia

⁹ Arquivo Histórico Militar (AHM), Fundo 1, Série 38, Número 10, Caixa 63, Nº2, 2.º Maço, Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha, Ofício do chefe do gabinete do Ministério da Guerra para os comandantes das regiões militares, de 24 de julho de 1936.

uma maior facilidade de circulação¹⁰. Assistiu-se, portanto, a uma clara diferenciação entre os dois grupos de refugiados: os republicanos, alvo de uma forte repressão, e os nacionalistas, que experienciaram um tratamento mais brando.

A repressão portuguesa exercida sobre os refugiados republicanos constituiu mais uma forma de auxílio do regime salazarista às forças de Franco. Com efeito, Portugal foi responsável pela concessão de múltiplas ajudas aos autodenominados nacionalistas espanhóis, contribuindo decisivamente para o seu triunfo. Este auxílio assumiu variados contornos: apoio material e logístico, ajuda financeira, política de informação, apoio militar direto e atuação político-diplomática (SARDICA, 2013: 134-136). Em Portugal, os refugiados “vermelhos” foram perseguidos, detidos e, em muitos casos, devolvidos a Espanha e entregues às tropas franquistas, algo de que os próprios estavam cientes

Sucede, Excelentíssimo Senhor, que, seja pelo corte de relações, seja por simpatia para com o nacionalismo espanhol, estamos a ser perseguidos de modo desumano pelas autoridades portuguesas. Porque é desumano que nós, que respeitamos a política de Portugal, que buscamos a proteção das suas leis, sejamos obrigados a levar uma vida absolutamente indigna. É desumano que nos persigam a tiro nas aldeias e montes (temos testemunho). É desumano, Excelentíssimo Senhor, que quando somos detidos nos entreguem aos nacionalistas espanhóis¹¹.

Aqueles que não eram entregues em Espanha permaneceram detidos nas principais prisões portuguesas, uma forma de evitar que contactassem com a população. Como principais espaços de detenção de refugiados espanhóis contaram-se o Forte de Caxias, em Lisboa, o Forte de São João de Deus, em Bragança, e o Forte de Nossa Senhora da Graça, em Elvas, no Alentejo, que, no decorrer dos primeiros meses da guerra civil, contabilizaram números significativos de detidos. Nos finais de setembro de 1936, uma informação da polícia política registava a detenção de 496 espanhóis, dos quais 255 estavam no Forte de Caxias. Os restantes encontravam-se nos vários postos fronteiriços da PVDE e em campos improvisados, nomeadamente em Bragança, Elvas e Moura¹². Poucos dias antes, uma outra informação apontava para a existência de 147 espanhóis em Caxias, dos quais 53 civis e 94 militares. Entre estes, 20 eram oficiais, 16 eram suboficiais e 58 eram praças (VELÁZQUEZ HERNÁNDEZ, 2017: 863). Por esta mesma altura, finais de setembro de 1936, a PVDE de Bragança referia-se à detenção de mais de 100 espanhóis no Forte de São João de Deus, a maioria dos quais era procurada pelas autoridades franquistas. Aqui, e à semelhança dos restantes espaços de detenção, as condições não eram as melhores, havendo carência de bens materiais, já que o número de detidos era superior à capacidade do presídio (FARIA, 2021: 288-289). Por seu turno, a entrada de espanhóis no Forte da Graça esteve diretamente ligada à conquista de Badajoz pelos sublevados de Franco no dia 14 de agosto de 1936. Só neste dia foram colocados neste presídio cerca de 40 espanhóis em fugidos de Badajoz (ESPINOSA MAESTRE, 2003: 110). Tal como em toda a raia

¹⁰ AHM, Fundo 1, Série 38, Número 08, Caixa 63, Guerra Civil de Espanha, Correspondência que não teve expediente, Cópia dos telegramas recebidos no Comando Geral da Guarda Fiscal, de 18 de agosto de 1936.

¹¹ ANTT, Arquivo António de Oliveira Salazar, CO/NE-9 I, Carta de um grupo de espanhóis refugiados em Portugal a António de Oliveira Salazar, de 13 de setembro de 1937.

¹² ANTT, Arquivo António de Oliveira Salazar, CO/IN-8 C, pt. 1, Informações da PVDE sobre presos políticos portugueses e estrangeiros, de 25 de setembro de 1936.

portuguesa, a presença espanhola teve, naturalmente, impacto na localidade, como atesta o seguinte testemunho “O Forte da Graça estava cheio de presos republicanos espanhóis e os elvenses viviam na dúvida se estavam dentro de um conflito que não tinha sido declarado oficialmente” (BRAZ, 2014: 450).

O Registo Geral de Presos da polícia política alude à detenção de cerca de 500 espanhóis durante a Guerra Civil de Espanha. Recorde-se que a PVDE estava responsável apenas pelos refugiados civis, pelo que este número não contempla os refugiados militares, que se encontravam à guarda das unidades militares. Analisando as informações apresentadas pela polícia sobre os detidos, podemos traçar o perfil dos refugiados republicanos que se acolheram em Portugal. Na sua maioria, podemos enquadrá-los num estatuto social médio-baixo, já que eram pessoas que exerciam profissões próprias do setor primário, nomeadamente jornaleiro, trabalhador rural, comerciante, empregado no comércio e doméstica, no caso das mulheres, que também se encontravam em minoria nestes registos. Outra conclusão que podemos retirar a partir desta análise prende-se com a sua proveniência geográfica. A este respeito, destaca-se a proximidade geográfica associada ao fenómeno do refúgio, já que a grande maioria se deslocava a partir das províncias espanholas fronteiriças com Portugal, como Ourense, Pontevedra, Zamora e Badajoz. Sublinhe-se, no entanto, que também entraram refugiados de um estatuto social mais elevado, detentores de maiores posses, profissionais de áreas como a educação, a medicina e o direito e naturais ou residentes de áreas geográficas mais afastadas de Portugal¹³.

Além do regime prisional, os refugiados espanhóis experienciaram outra forma de controlo e de vigilância. Em setembro de 1936, devido aos acontecimentos do outro lado da fronteira, em especial a conquista de Oliva de la Frontera por Franco, que precipitou a chegada massiva de espanhóis à fronteira portuguesa, o regime salazarista procedeu à criação de campos na região de Barrancos, destinados a concentrar estes refugiados, nas Herdades da Coitadinha e das Russianas. Apesar de não estarem sujeitos ao regime de detenção praticado nas prisões e de usufruírem de alguma liberdade, os refugiados eram rigorosamente vigiados e controlados pelas autoridades portuguesas nestes campos, onde as condições de vida eram rudimentares e se contavam algumas carências, nomeadamente ao nível de cuidados de higiene e de alimentação (BARRIGA, 1999: 34). Segundo algumas estimativas, nos finais de setembro de 1936, o número de refugiados concentrados nesta região ascendia às 773 pessoas, das quais 719 eram homens e as restantes, 54, eram mulheres e crianças¹⁴.

Estes refugiados constituíram a maioria dos espanhóis envolvidos numa ação de repatriamento concretizada pelo governo português no dia 10 de outubro de 1936. Apesar de Salazar ter tentado fazer um aproveitamento político deste acontecimento, procurando demonstrar que o regime foi benevolente para com os refugiados espanhóis, o repatriamento resultou de pressões nacionais e internacionais relativamente à forma como estes eram tratados em Portugal (SIMÕES, 2018: 113). O repatriamento foi negociado entre o governo português e o governo republicano, por intermédio de Cláudio Sánchez-Albornoz, embaixador espanhol em Portugal, e contemplou o envio de cerca de 1.500 refugiados para

¹³ ANTT, Arquivo da PIDE/DGS, Serviços Centrais, Registo Geral de Presos.

¹⁴ ANTT, Arquivo António de Oliveira Salazar, NE/9A, Caixa 364, pt. 1, Cópia dos telegramas dos comandos das unidades da Guarda Fiscal, Informação da 3.ª Companhia do Batalhão N.º 2 da Guarda Fiscal, 28 de setembro de 1936.

a cidade de Tarragona, na Catalunha, que ainda se encontrava sob domínio das forças republicanas, devidamente escoltados pelas autoridades portuguesas, chefiadas pela PVDE, sob liderança do capitão Rui Pessoa de Amorim¹⁵.

A solidariedade da população portuguesa foi fundamental para que muitos refugiados espanhóis se salvassem em e através de Portugal. Esta ajuda manifestou-se a diferentes níveis, nomeadamente através da concessão de alimentação e de alojamento e do auxílio na obtenção da documentação necessária para deixar o país, e esteve em particular evidência na região fronteiriça, já que era o primeiro espaço de contacto entre refugiados e portugueses. Desta forma, governo e população portuguesa seguiram caminhos opostos no que toca ao acolhimento dos refugiados republicanos espanhóis. Por ir contra as ordens de Salazar, este comportamento de muitos portugueses foi punido com a prisão e a aplicação de multas. De acordo com o Registo Geral de Presos, foram detidos cerca de 80 portugueses sob acusação de auxiliarem ou de se relacionarem com os fugitivos espanhóis. No entanto, a dimensão da solidariedade portuguesa foi, seguramente, mais elevada (FARIA, 2021: 373).

Os protagonistas deste auxílio foram tanto civis, que, muitas das vezes, partilhavam das mesmas dificuldades e carências dos refugiados, como elementos das autoridades, de entre os quais se destaca o tenente da GF, António Augusto de Seixas, responsável por ocultar a presença de cerca de 300 refugiados na região de Barrancos e, assim, permitir que seguissem para Tarragona (ESPINOSA MAESTRE, 2003: 117). Tal como o cônsul Aristides de Sousa Mendes seria castigado no decorrer da Segunda Guerra Mundial por ter passado alguns milhares de vistos a refugiados sem o consentimento de Lisboa, o tenente Seixas foi punido com dois meses de suspensão, a que se seguiu a passagem à situação de reforma (BARRIGA, 1999: 30-33). No entanto, devemos também ter presente que a manifestação desta solidariedade não invalida a existência de denúncias sobre a presença de refugiados, nomeadamente em Barrancos, onde foram denunciados e perseguidos pelas autoridades e, inclusive, por pessoas influentes da região (LOFF, 2020: 18).

Não devemos esquecer também a presença portuguesa na Espanha republicana entre 1936 e 1939, uma vez que muitos portugueses, identificados com a causa da República espanhola, alinharam ao seu lado nos combates contra as ofensivas franquistas, uma boa parte já residente em Espanha e bem entrosada na sociedade espanhola, desde a implantação da República, em 1931, ou na sequência de tentativas revolucionárias em Portugal, como o 18 de janeiro de 1934. Eram maioritariamente civis e militares republicanos, chegados depois das intencionalidades dos finais da década de 1920 e inícios da década de 1930 e com ligações ao Partido Republicano Português, que continuaram a entrar entre 1933 e 1936; anarquistas e anarco-sindicalistas também se fixaram em Espanha, sobretudo após a repressão desencadeada na sequência do 18 de janeiro, e que se relacionavam com o movimento operário espanhol; encontravam-se também exilados comunistas, em menor número, especialmente em Madrid, em contacto

¹⁵ Veja-se o relatório da viagem: Arquivo Ephemera, Relatório da PVDE de 16 de outubro de 1936, Repatriação de extremistas espanhóis que se haviam refugiado em Portugal, disponível em <https://ephemerajpp.com/2011/12/31/policia-de-vigilancia-e-defesa-do-estado-repatriacao-de-extremistas-espanhois-que-se-haviam-refugiado-em-portugal-relatorio-16-de-outubro-de-1936/> (Consultado a 20 de janeiro de 2021).

direto com o Partido Comunista de Espanha e com o Socorro Vermelho Internacional. A vitória eleitoral das esquerdas em fevereiro de 1936 foi favorável aos exilados portugueses, já que se aproximaram da imprensa republicana e da Espanha frente populista e puderam estreitar os laços luso-espanhóis na luta contra a ditadura. Com o início da guerra civil, passaram a empenhar-se na denúncia da cumplicidade salazarista com os rebeldes de Franco (OLIVEIRA, 1987: 264-266). No período compreendido entre 1936 e 1939, os exilados portugueses em Espanha mantiveram-se ativos na luta contra o fascismo ibérico, participando nos combates a favor da República e denunciando o alinhamento português.

Conclusão

Entre 1926 e 1939 existiram três grandes movimentos de refugiados gerados no espaço ibérico: refugiados políticos portugueses em Espanha, entre os finais da década de 1920 e os inícios da década de 1930, a que devemos somar o fluxo ocorrido após o triunfo eleitoral da Frente Popular, em fuga da crispação fascizante do Estado Novo; refugiados espanhóis de direita, nos inícios da década de 1930; refugiados espanhóis da guerra civil. Estas vagas mereceram atitudes diferentes da parte dos governos dos países de acolhimento. A situação política do outro lado da fronteira influenciava a forma como os refugiados eram percecionados, prevalecendo o antagonismo político-ideológico como elemento-chave do acolhimento aos refugiados. Por esta razão, os refugiados portugueses foram acolhidos e auxiliados pela República espanhola, da mesma forma que os refugiados espanhóis de direita foram bem recebidos pela Ditadura portuguesa, antes e durante a guerra civil. Em sentido contrário, devido ao posicionamento de Portugal na contenda espanhola, os refugiados republicanos não gozaram de apoios junto do governo português e foram reprimidos de diferentes formas, o que contrastou com o comportamento das populações locais, que se mostraram solidárias e os auxiliaram. Assistiu-se, ao longo deste período, a um fenómeno de refúgio cruzado na Península Ibérica, que apenas deu continuidade à tradicional passagem de fronteira e aos históricos contactos transfronteiriços já existentes, a que muitos refugiados recorreram para ingressar no país vizinho.

Estas vagas de refúgio, produzidas de parte a parte, demonstram uma espécie de “lei de base” do relacionamento político ibérico, especificamente a impossibilidade, tanto doutrinal como prática, de coexistirem na Península Ibérica durante muito tempo regimes políticos diametralmente opostos. Aliás, uma viragem ocorrida num dos países acabava por influenciar uma idêntica viragem no outro. Os vários casos aqui abordados inserem-se na realidade mais ampla da História dos refugiados na primeira metade do século XX, demonstrando que a Península Ibérica, além de ter sido uma importante região de acolhimento, também foi um marcante espaço de emissão de refugiados

Referências Bibliográficas

ANJOS, Maria Cristina. *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais (1929-1939): equipamentos, eventos e promoção do destino*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

- ARRANJA, Álvaro. Jaime Cortesão na Espanha Republicana. *Jaime Cortesão, Cidadão patriota resistente*. Lisboa: Museu do Aljube Resistência e Liberdade, p. 75-84, 2020.
- BARRIGA, Paulo. Campos de concentração. O envolvimento português na Guerra Civil de Espanha. *Cadernos do Museu*, Barrancos, n.º 2, p. 11-34, 1999.
- BRAZ, Isabel. *Memórias esquecidas. A vida do capitão António Braz*. Lisboa: Chiado Editora, 2014.
- CLÍMACO, Cristina. *Republicanos, Anarquistas e Comunistas no Exílio, 1927-1936*. Lisboa: Edições Colibri, 2017.
- CORREIA, Félix. *Quem vem lá? Gente de paz! Gente de guerra*. Lisboa: Edição do autor, 1940.
- CRUZ, Manuel Braga. Portugal e a II República Espanhola. *Transições Históricas e Reformas Políticas em Portugal*. Lisboa: Editorial Bizâncio, p. 33-53, 1999.
- CUNHA, Luís. *Memória social em Campo Maior. Usos e percursos da fronteira*. Lisboa: D. Quixote, 2006.
- ESPINOSA MAESTRE, Francisco. *La columna de la muerte. El avance del ejército franquista de Sevilla a Badajoz*. Barcelona: Crítica, 2003.
- FARIA, Fábio Alexandre. *Refugiados espanhóis em Portugal: entre a repressão policial e a solidariedade popular (1936-1945)*. Tese de Doutoramento. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2021.
- FARIA, Telmo. O comunismo: um anátema do Estado-Novista. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, n.º 17, p. 229-261, 1995.
- FARINHA, Luís. *O Revirinho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- FOX, Ralph. *1936 – Portugal now*. Lisboa: Tinta-da-china, 2006.
- GONÇALVES, Gonçalo Rocha. Criminalidade transnacional, vigilância política e internacionalização da polícia portuguesa, 1919-1939. *Ler História*, Lisboa, n.º 80, p. 201-223, 2022.
- LOFF, Manuel. O drama dos refugiados e das populações raianas. *Pelourinho. Boletín de Relaciones Transfronterizas*, Badajoz, n.º 24, p. 13-29, 2018.
- MARTÍNEZ BANDE, José Manuel. *Los años críticos: República, conspiración, revolución y alzamiento*. Madrid: Ediciones Encuentro, 2007.
- MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar. Uma biografia política*. Lisboa: D. Quixote, 2010.
- OLAGUÍBEL, Joaquín. *Abril de 1934. La amnistia de las derechas y la crisis del vituperio*. Sevilla: Ediciones Espuela de Plata, 2022.
- OLIVEIRA, César. *Portugal e a II República de Espanha, 1931-1936*. Lisboa: Perspetivas & Realidades, 1985.
- OLIVEIRA, César. *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições O Jornal, 1987.

- PALACIOS CEREZALES, Diego. *Portugal à coronhada. Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta-da-china, 2011.
- PAULO, Heloísa. *Os exilados de Salazar*. Lisboa: Âncora Editora, 2024.
- QUEIRÓS, António José. As relações luso-espanholas: da Primeira República à União Europeia (1910-1997). *População e Sociedade*, Lisboa, n.º 17, p. 131-153, 2009.
- RIBEIRO, Maria da Conceição. *A Polícia Política no Estado Novo, 1926-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.
- SARDICA, José Miguel. *Ibéria. A relação entre Portugal e Espanha no século XX*, Lisboa: Alêtheia Editores, 2013.
- SIMÕES, Dulce. *A Guerra de Espanha na raia luso-espanhola. Resistências, solidariedades e usos da memória*. Lisboa: Edições Colibri, 2016.
- SIMÕES, Dulce. Exilados e refugiados na fronteira luso-espanhola do Baixo-Alentejo nos séculos XIX e XX. *Pelourinho. Boletín de Relaciones Transfronterizas*, Badajoz, n.º 22, p. 95-122, 2018.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la. *Conspiração contra Portugal, 1910-1912. As relações políticas entre Portugal e Espanha*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la. *Do “Perigo Espanhol” à Amizade Peninsular. Portugal-Espanha, 1919-1930*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- VELÁZQUEZ HERNÁNDEZ, Aurelio. Fugitivos en tránsito. El exilio republicano español a través de Portugal (1936-1950). *Hispania*, vol. LXXVII, n.º 257, p. 857-883, 2017.